



Comunicação pública e privada em desastres climáticos: Dicotomias estratégicas e o caso de Taió, Santa Catarina

Public and private communication in climate disasters: Strategic dichotomies and the case of Taió, Santa Catarina

Augusto Ittner ^{1A}, Eduardo Augusto Werneck Ribeiro

Resumo:

Contexto: Este artigo analisa as diferenças estratégicas e deontológicas entre as comunicações pública e privada durante crises climáticas, com ênfase na transparência como princípio orientador da comunicação governamental. O estudo parte da premissa de que a comunicação institucional exerce papel determinante na gestão de riscos e na construção da confiança pública, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioambiental. **Metodologias:** A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica e na análise de um estudo de caso empírico realizado no município de Taió (SC), afetado por eventos climáticos extremos entre outubro e novembro de 2023. Foram examinadas 499 publicações da prefeitura no Instagram, buscando identificar padrões discursivos e estratégias comunicacionais. Essa análise permitiu estabelecer quatro dicotomias centrais: pessoas versus reputação, fluxo informacional versus controle narrativo, silêncio versus transparência e comunicação preventiva versus comunicação reativa. **Considerações:** Os resultados evidenciam a predominância de estratégias reativas e a escassez de alertas preventivos, aproximando o setor público de práticas comunicacionais típicas do setor privado. Conclui-se que a adoção de protocolos específicos voltados à transparência plena é condição essencial para a eficácia da comunicação pública em contextos de risco climático. A transparência é compreendida não apenas como diretriz operacional, mas como fundamento ético da justiça climática. Recomenda-se, por fim, a criação de um arcabouço normativo nacional que padronize práticas comunicacionais em emergências, ampliando a resiliência institucional e o acesso equitativo à informação.

Palavras-chave: Comunicação pública, Crise climática, Transparência, Gestão de desastres, Taió

Abstract:

Context: This article examines the strategic and deontological differences between public and private communication during climate crises, emphasizing transparency as the guiding principle of governmental communication. The study assumes that institutional communication plays a decisive role in risk management and public trust-building, especially in contexts of socio-environmental vulnerability. **Methodologies:** The research was based on a literature review and an empirical case study conducted in the municipality of Taió, Santa Catarina, affected by extreme climate events between October and November 2023. A total of 499 posts published on the city government's Instagram account were analyzed to identify discursive patterns and communication strategies. The analysis revealed four central dichotomies: people versus reputation, informational flow versus narrative control, silence versus transparency, and preventive versus reactive communication. **Considerations:** Results indicate a predominance of reactive strategies and a lack of preventive alerts, which inadvertently align the public sector with communication practices typical of the private sector. It is concluded that adopting specific protocols oriented toward full transparency is essential for the effectiveness of public communication in climate risk contexts. Transparency should be understood not merely as an operational guideline but as an ethical foundation of climate justice. Finally, the study recommends establishing a national regulatory framework to standardize communication practices in emergencies, strengthening institutional resilience and equitable access to information.

Keywords: Public communication, Climate crisis, Transparency, Disaster management, Taió

Introdução

Eventos climáticos extremos como enchentes, enxurradas e tempestades representam desafios crescentes em um contexto de mudanças climáticas globais. Segundo o relatório “2024: o ano mais quente da história” (PROGRAMA MARÉ DA CIÊNCIA, 2024), elaborado pela Aliança Brasileira Pela Cultura Oceânica, a década de 2020 registra uma média de 4.077 desastres climáticos anuais no Brasil, mais que o dobro da média observada na década de 2000 (1.892 registros/ano). Este panorama alarmante evidencia que 92% dos municípios brasileiros (5.117 cidades) já reportaram algum dano entre 1991 e 2023, com secas, inundações e tempestades respondendo por 96% dessas ocorrências, conforme dados do Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres.

Este cenário de intensificação dos eventos extremos exige estratégias de comunicação eficazes para mitigar riscos e proteger populações vulneráveis. No entanto, as abordagens comunicacionais diferem significativamente entre a iniciativa privada e o poder público, criando dicotomias que impactam diretamente a segurança pública e a resiliência comunitária. Enquanto empresas privadas frequentemente priorizam a proteção da reputação e a restrição do fluxo informacional (COOMBS, 2023), o setor público tem a obrigação de maximizar a transparência para garantir a prestação de serviços e permitir tomadas de decisão rápidas pela população (REYNOLDS & SEEGER, 2014).

Este artigo, fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento, tem como objetivo analisar as diferenças estratégicas e deontológicas entre a comunicação pública e privada em crises climáticas, destacando como a transparência no setor público pode minimizar prejuízos e salvar vidas. A pesquisa delimita-se à análise de eventos climáticos extremos, com foco em estratégias comunicacionais e suas implicações para a gestão de crises.

A investigação explora um dos conceitos-base das teorias da comunicação: a teoria da agenda (McCOMBS, 2009). Esta teoria discute o poder dos meios de comunicação para influenciar a importância de determinados temas junto à opinião pública. Ao aplicar este conceito à gestão de crises climáticas, emergem dicotomias importantes, pois cabe às estratégias governamentais não apenas informar, mas também moldar a percepção pública para promover prevenção e resposta adequadas. Estratégias de transparência plena favorecem a tomada de decisão e evitam análises enviesadas sobre o problema (ZENATTI & SOUSA, 2012). Já no setor privado, essa prioridade se inverte: a reputação de marca e a viabilidade do negócio prevalecem sobre o problema em si, podendo levar à minimização do contexto (MACHADO, 2024), ao silêncio estratégico (LE et al., 2019) ou ao controle narrativo (COOMBS, 2023).

Neste cenário de contrastes, o artigo analisa as estratégias comunicacionais em paralelo ao impacto crescente das mudanças climáticas no cotidiano da população brasileira. A partir desta análise, propõe-se a delimitação de táticas informacionais para o poder público que corroborem a teoria da Igreja/Estado no jornalismo (BUCCI, 2013), em que os interesses públicos se mantêm completamente divergentes dos interesses comerciais, preservando assim a integridade da comunicação governamental em momentos críticos.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa exploratória, estruturada em duas dimensões complementares: a revisão não sistemática da literatura especializada em gestão de crises comunicacionais nos setores público e privado e a análise interpretativa de um estudo de caso único, centrado no município de Taió (SC), durante os eventos climáticos extremos ocorridos entre outubro e novembro de 2023.

A análise empírica fundamentou-se na observação não participante das 499 publicações realizadas pela administração municipal no Instagram durante o período estudado, em que a cidade foi acometida por uma enchente. O exame seguiu uma abordagem indutiva, identificando padrões comunicacionais emergentes sem aplicar previamente taxonomias ou categorias fixas. A escolha de Taió como caso ilustrativo justifica-se pela disponibilidade de dados comunicacionais documentados digitalmente e pela magnitude histórica do evento climático, caracterizado como a maior calamidade pública municipal já registrada.

Localizado no Alto Vale do Itajaí, Taió é um município historicamente vulnerável a enchentes, com população estimada em pouco mais de 18 mil habitantes e a presença da Barragem Oeste como elemento

estratégico para contenção de cheias. Esse contexto geográfico e socioeconômico torna o caso particularmente relevante para avaliar estratégias comunicacionais em desastres climáticos, pois evidencia desigualdades regionais e desafios logísticos típicos de municípios médios brasileiros. Ao situar a pesquisa nesse território específico, fortalece-se a conexão entre teoria e evidência empírica, permitindo observar como conceitos como agendamento de temas, transparência preventiva e fluxo informacional se manifestam concretamente.

Figura 1 – A localização de Taió em Santa Catarina



Fonte: Wikipedia, 2025

Optou-se pelo Instagram como principal fonte de dados devido à sua acessibilidade, ao registro contínuo das ações comunicacionais e à sua relevância como canal de comunicação direta entre o governo municipal e a população. Essa escolha, entretanto, impõe limitações significativas: cobertura restrita do ecossistema comunicacional, viés demográfico, natureza efêmera do conteúdo digital, ausência de triangulação metodológica com outros canais e limitações inerentes ao formato. Tais restrições indicam que os resultados devem ser interpretados como tendências comunicacionais específicas, não como representação completa das estratégias municipais de comunicação de crise. São, portanto, indícios úteis para compreender padrões, sem esgotar a totalidade das práticas implementadas pela administração durante a crise.

Ao relacionar a análise empírica com o referencial teórico, o estudo demonstra como as dicotomias descritas (pessoas versus reputação; fluxo informacional versus controle narrativo; silêncio versus transparência; comunicação preventiva versus comunicação reativa) aparecem no contexto real de um município médio brasileiro. Essa aproximação possibilita a compreensão das tensões entre princípios éticos, estratégias comunicacionais e impactos sobre populações vulneráveis, ampliando o potencial de generalização teórica sem perder a especificidade do caso.

Este estudo reconhece limitações teóricas e metodológicas que constituem direcionamentos prioritários para etapas subsequentes da investigação em curso. Identificam-se quatro eixos de aprofundamento necessários: (1) desenvolvimento de fundamentação robusta em comunicação de risco por meio de revisão sistemática da literatura especializada; (2) incorporação de perspectiva comparada internacional mediante análise de modelos estabelecidos em contextos similares; (3) operacionalização mais sofisticada da teoria do agendamento para contextos de emergência climática; e (4) integração de epistemologias decoloniais pertinentes ao contexto latino-americano.

A presente contribuição posiciona-se como sistematização conceitual inicial que, reconhecendo suas limitações, oferece um modelo heurístico para investigações futuras. As dicotomias identificadas constituem hipóteses de trabalho que requerem validação empírica ampliada e complexificação teórica, representando ponto de partida e não conclusão definitiva do programa investigativo. Esta transparência metodológica visa

contribuir para o desenvolvimento cumulativo do conhecimento científico na intersecção entre comunicação e gestão de desastres climáticos.

Os contrastes e a primeira dicotomia

A comunicação na gestão de crises apresenta abordagens fundamentalmente distintas entre a iniciativa privada e o poder público durante eventos climáticos extremos. Com deontologias próprias, essas estratégias possuem visões antagônicas cuja confusão pode impactar toda uma população. O conceito de transparência – transmitir informação de forma clara, acessível, honesta e sem distorções – é compreendido de modo paradoxal entre as diferentes esferas sociais neste debate.

Um ponto-chave para compreender esse cenário é que o poder público deve priorizar as pessoas acima da reputação institucional, enquanto para a iniciativa privada ocorre o inverso. No setor privado, há preocupação imediata com o negócio em si (COOMBS, 2023), não com o aspecto social, como na comunicação governamental (MATOS, 2012). Eis a primeira dicotomia: enquanto prefeituras e governos devem avaliar riscos priorizando pessoas e o pleno acesso informacional (BUENO, 2018), empresas privadas focam na salvaguarda de *stakeholders* específicos, protegendo sua reputação e a viabilidade do negócio (ZAKIRI, 2020).

A dimensão deontológica e a separação de imperativos

Esta dicotomia fundamental evidencia que a comunicação pública de desastres exige separação ontológica entre imperativos de segurança pública e considerações reputacionais, estabelecendo primazia absoluta da transparência sobre interesses institucionais. Violar esta separação transforma a comunicação governamental em simulacro da comunicação corporativa, comprometendo sua eficácia protetiva e gerando erosão da credibilidade institucional que transcende o evento específico.

Apesar de ambas as estratégias compartilharem o objetivo de proteção em nome da resiliência (COOMBS, 2023), o público-alvo e as prioridades econômicas e sociais se contrastam fundamentalmente.

Deontologia e temporalidade da crise

Compreender este contexto requer avaliar a deontologia da atribuição estatal na comunicação de crises envolvendo eventos extremos. Por “deontologia”, referimo-nos às diferentes éticas profissionais e às verdades que emergem conforme a temporalidade da crise. As dicotomias comunicacionais variam em intensidade e manifestação de acordo com a fase do evento. Na fase pré-evento, enquanto a comunicação privada tende ao silêncio preventivo para evitar alarmes que possam impactar negócios, a pública deve intensificar alertas para maximizar a preparação populacional. Durante o evento, as estratégias convergem temporalmente mas divergem axiologicamente: ambas comunicam intensamente, porém com propósitos antagônicos – contenção reputacional versus maximização informacional.

Os governos têm obrigação imediata na fase inicial de uma crise climática de orientar a população sobre procedimentos adequados (REYNOLDS & SEGER, 2014). Esta estratégia prioriza o interesse social, não institucional. No início de desastres naturais, instituições públicas devem deixar de lado preocupações com imagem e focar exclusivamente na prestação de serviços e na distribuição de informações. Isso não exclui a atenção à credibilidade informacional, mas prioriza informações factuais de curíssimo prazo como serviço público essencial.

A segunda dicotomia: fluxo informacional e seus efeitos cascata

O fluxo informacional constitui a segunda dicotomia evidente entre as abordagens do setor público e privado. Enquanto a primeira dicotomia evidencia a priorização de pessoas versus reputação, esta segunda reforça como objetivos divergentes moldam estratégias comunicacionais opostas. O setor público busca maximizar a disseminação de informações para orientar a população em crises, enquanto a iniciativa privada frequentemente restringe o acesso a dados para proteger interesses estratégicos.

A adoção inadvertida de estratégias comunicacionais da iniciativa privada por órgãos públicos durante desastres climáticos gera efeitos cascata que comprometem a eficácia de comunicações futuras e estabelecem ciclos viciosos de desconfiança, amplificando vulnerabilidades sociais. Este fenômeno é particularmente relevante no contexto brasileiro, onde a coexistência de múltiplas esferas federativas com competências sobrepostas pode gerar cacofonia informacional que inadvertidamente reproduz estratégias de confusão narrativa, mesmo sem intenção deliberada.

Reynolds e Seeger (2014) identificam que as fases críticas de gestão comunicacional de crises demandam ações específicas: apoio ao público para compreensão precisa dos riscos; fornecimento de informações abrangentes aos diretamente afetados; diálogo entre receptor e emissor para correções informacionais; explicação de recomendações emergenciais; análise de falhas comunicacionais para ajustes futuros; e implementação de estratégias que promovam sentimento de pertencimento para acelerar a mitigação de risco. Estes elementos compõem uma comunicação transparente e ágil que informa e oferece serviços aos afetados direta ou indiretamente. Tais aspectos da comunicação pública favorecem a solidez informacional, evitam vulnerabilidades e funcionam como profilaxia contra medidas individuais sem embasamento que aumentam riscos à vida e ao patrimônio (BUENO, 2018).

As quatro dicotomias no caso de Taió

1ª Dicotomia – Pessoas vs. Reputação

No setor público, a prioridade deve ser a segurança populacional e a prestação de serviços; no privado, predomina a proteção da marca e do negócio. Em Taió, esta dicotomia manifestou-se na comunicação reativa e tardia que antecedeu as enchentes de 2023. Apesar das publicações constantes durante o evento, houve escassez de orientações preventivas, revelando que o imperativo de alertar a população em tempo hábil não foi plenamente atendido. Esta lacuna ilustra empiricamente como a tensão entre serviço público e gestão de imagem pode comprometer a eficácia comunicacional governamental em contextos críticos.

2ª Dicotomia – Fluxo Informacional x Controle Narrativo

Enquanto o setor público deve maximizar a disseminação de dados e alertas preventivos, o privado tende a restringir e controlar o fluxo informacional para proteger interesses estratégicos. Em Taió, observou-se volume expressivo de atualizações sobre o nível do rio, mas também uma escassa comunicação antecipatória sobre riscos iminentes. Este padrão demonstra como o controle narrativo – mesmo não intencional – pode gerar vulnerabilidade informacional, dificultando a tomada de decisão pelos cidadãos. O caso evidencia a importância de protocolos claros de fluxo informacional para municípios médios brasileiros expostos a eventos extremos.

3ª Dicotomia – Silêncio/Negações x Transparência

Empresas privadas podem adotar o “silêncio estratégico” ou minimizar problemas para proteger sua imagem, enquanto no setor público esta postura contraria o dever de informar. Em Taió, embora não tenha havido silêncio completo, a baixa frequência de alertas preventivos nos dias críticos e a predominância de atualizações sobre fatos já ocorridos configuraram uma comunicação mais reativa que transparente. Na prática, houve mais atualizações sobre o cenário após o ocorrido do que um alerta à população sobre o que estava por vir. Este comportamento reforça a necessidade de comunicação franca sobre incertezas e fragilidades para fortalecer a confiança pública e a resiliência comunitária.

4ª Dicotomia – Comunicação Preventiva x Comunicação Reativa

No setor público, espera-se planejamento e alertas prévios; no privado, predomina a resposta após a crise se instalar. Taió ilustra este contraste: das 499 publicações no Instagram, apenas uma constituía alerta

preventivo antes da enchente, enquanto a maioria abordava situações já em curso. Esta lacuna demonstra como a ausência de comunicação preventiva fragiliza a capacidade de resposta populacional e aproxima a gestão pública de padrões típicos do setor privado, em detrimento do interesse social.

As análises apresentadas permitem sistematizar as diferenças centrais entre comunicação pública e privada em crises climáticas. O Quadro 1 sintetiza estas quatro dicotomias fundamentais, servindo como referência para análises subsequentes.

Quadro 1 – Principais dicotomias entre comunicação pública e privada em crises climáticas

Dicotomia	Setor Público (comunicação em desastres climáticos)	Setor Privado (comunicação em crises)	Impacto Estratégico
Pessoas vs. Reputação	Prioridade: segurança da população e prestação de serviços; transparência plena.	Prioridade: proteção da reputação e dos negócios; controle da imagem.	Define o foco da mensagem (social vs. reputacional).
Fluxo Informacional	Maximização do acesso e da disseminação de dados; alertas preventivos.	Restrição e controle do fluxo informacional para stakeholders selecionados.	Determina alcance, velocidade e confiabilidade da comunicação.
Silêncio/Negações x Transparência	Dever ético/legal de comunicar inclusive fragilidades e incertezas.	Estratégias de silêncio, adiamento, ocultação, negação e refutação.	Afeta confiança pública, percepção de risco e credibilidade institucional.
Comunicação Preventiva x Comunicação Reativa	Alertas antecipados, protocolos claros e didáticos, foco em prevenção.	Comunicação reativa, minimização ou justificação do problema.	Afeta tempo de resposta, mitigação de danos e resiliência comunitária.

Fonte: Os autores

É importante reconhecer as limitações analíticas desta sistematização. A representação comparativa simplifica as complexidades inerentes às práticas comunicacionais, não contemplando gradações entre posições extremas, nem fundamentação empírica específica para cada dicotomia. Em contextos reais, as estratégias podem se sobrepor, coexistir ou assumir formas híbridas, revelando fronteiras não rígidas entre os setores. Esta ressalva reforça a necessidade de aprofundamento empírico e análises situacionais para captar as múltiplas camadas do fenômeno.

Este panorama sintetizado no Quadro 1 orienta a análise do caso de Taió, funcionando como lente interpretativa para as seções seguintes, nas quais se examina a transparência preventiva e a justiça climática.

Transparência preventiva e justiça climática

Na prática, a comunicação de desastres climáticos exige exposição completa do cenário antes, durante e depois da crise, utilizando critérios jornalísticos que neutralizem rumores, pânico e desinformação (VICTOR, 2015). Esta triagem fundamenta-se nos elementos básicos da construção noticiosa (o quê, quem, onde, como, quando e o porquê), permitindo transparência adequada sobre a situação. Um exemplo ilustrativo: diante da previsão de chuvas intensas com potencial de elevação dos níveis dos rios, a comunicação pública deve processar informações dos órgãos competentes (meteorologia, Defesa Civil) e disponibilizá-las de forma didática e concisa. Mesmo quando o conteúdo é potencialmente alarmante, a transmissão transparente e clara da informação técnica converte o pânico em prevenção, permitindo que os afetados tomem medidas para

reduzir riscos e prejuízos.

Esta abordagem incorpora uma dimensão decisiva de justiça climática: populações vulneráveis sofrem dupla penalização – primeiro, pela maior exposição a eventos extremos; segundo, pela dificuldade em compreender comunicações ambíguas ou acessar informações quando o poder público adota estratégias inadequadas de controle narrativo.

Evidencia-se, portanto, como a transparência anterior à crise climática é essencial para informar com precisão técnica sobre o contexto. Reynolds e Seeger (2014) destacam outro fator fundamental: o poder público deve ser transparente quanto às suas próprias fragilidades. Esta postura não representa vulnerabilidade informacional, mas demonstra compromisso com a verdade, fortalecendo a confiança pública e promovendo comunicação mais eficaz e resiliente. Por isso, na comunicação de crise governamental, um princípio essencial é comunicar também aquilo que não se sabe.

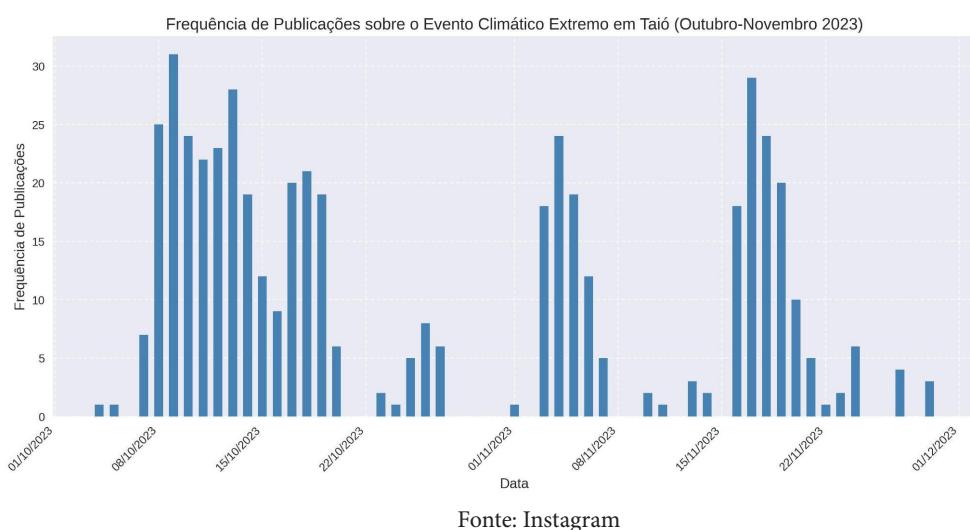
Esta perspectiva estabelece bases para compreender como estratégias comunicacionais inadequadas podem transformar eventos climáticos em crises sociais amplificadas, evidenciando a necessidade de protocolos específicos que reconheçam e operacionalizem as dicotomias fundamentais entre as esferas pública e privada na gestão comunicacional de desastres.

Considerações

A comunicação pública de desastres naturais deve fundamentar-se em princípios que a distanciem das estratégias típicas da iniciativa privada. Enquanto organizações privadas tendem a empregar táticas de contenção de danos com foco na proteção reputacional, a comunicação governamental deve pautar-se pelo imperativo da transparência, compreendida como a disseminação clara, tempestiva e abrangente de informações – inclusive aquelas marcadas pela incerteza. Tal postura contribui para o fortalecimento da confiança pública, a centralização do fluxo informacional e a redução de riscos decorrentes de ruídos comunicacionais em contextos críticos.

A análise do caso de Taió evidencia a dificuldade de municípios de porte médio em estruturar uma comunicação pública eficaz diante de emergências climáticas. A inconstância de publicações da cidade, representada na Figura 2, evidencia este cenário. Enquanto em alguns dias durante a crise foram feitas mais de 30 postagens, em outros houve zero. Percebe-se que antes da crise houve escassez informacional, seguida pelo que podemos chamar de sobrecarga informacional. A predominância de estratégias reativas, em detrimento de ações preventivas, indica a necessidade de aperfeiçoamento institucional, com base em parâmetros que orientem a atuação comunicacional em cenários de risco. A concentração das ações no ambiente digital, embora compreensível, revela limitações de alcance e acesso que merecem atenção no planejamento de políticas públicas.

Figura 2 – Frequência de publicações no Instagram da prefeitura de Taió durante as enchentes de outubro e novembro de 2023



Diante desse panorama, os resultados parciais da pesquisa sugerem a necessidade de um arcabouço normativo integrado, capaz de estabelecer diretrizes claras para a comunicação de crise no setor público. Protocolos nacionais de transparência preventiva, mecanismos de coordenação entre os entes federativos e a padronização de alertas informacionais podem contribuir para reduzir assimetrias, ampliar a eficácia das mensagens e reforçar a resiliência institucional.

Por fim, observa-se que a transparência comunicacional, mais do que uma diretriz operacional, deve ser compreendida como componente estruturante da justiça climática. Em sociedades marcadas por desigualdades informacionais e vulnerabilidades socioambientais, o acesso equitativo à informação constitui um elemento essencial da proteção social. A comunicação pública, nesse sentido, desempenha papel estratégico na redução de danos, na promoção da cidadania e no fortalecimento da capacidade de resposta das comunidades afetadas por eventos extremos.

Créditos

Augusto Ittner - pesquisa, versão inicial e versão final

Eduardo Augusto Werneck Ribeiro - supervisão, revisão

Referências

Bucci, E. (2013). [Igreja, Estado e certas circunstâncias]. *Revista da ESPM*, 17(5), 26–37. Recuperado de <https://bibliotecasp.espm.br/espm/article/view/1050>

Bueno, W. da C. (2018). [Gestão da comunicação em desastres ambientais: Conflitos de interesse, práticas e discursos]. *Revista Observatório*, 4(2), 539–569. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n2p539>

Coombs, W. T. (2015). *Ongoing crisis communication: Planning, managing, and responding* (4th ed.). SAGE Publications.

Le, P. D., Teo, H. X., Pang, A., Li, Y., & Goh, C.-Q. (2019). When silence is golden: The use of strategic silence in crisis management. *Corporate Communications: An International Journal*, 24(1), 162–178. <https://doi.org/10.1108/CCIJ-07-2018-0108>

Machado, J. (Org.). (2024). *Risco e crise no contexto da comunicação organizacional: Artigos e entrevistas de especialistas*. FACOS-UFSM. <https://www.ufsm.br/projetos/institucional/observatorio-crise>

McCombs, M. (2009). *A teoria da agenda: A mídia e a opinião pública*. Vozes.

Programa Maré de Ciência & Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. (2024). *2024: O ano mais quente da história – O impacto da crise climática (Série Brasil em Transformação – Caderno Técnico I)*. Programa Maré de Ciência.

Reynolds, B., & Seeger, M. (2014). *Crisis and emergency risk communication* (2014 ed.). Centers for Disease Control and Prevention.

Victor, C. (2015). Comunicação de riscos de desastres no contexto das mudanças climáticas: Muito além do jornalismo. In *Anais do 38º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)*. <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3693-1.pdf>

Zakiri, E. L. (2020). The role of communication in effective crisis management: A systematic literature review. *International Journal of Humanities and Social Science*, 10(6), 119–124. <https://doi.org/10.30845/ijhss.v10n6p14>

Zambrano, F. C., Kobiyama, M., Paixão, M. A., Guevara, J. A. L., & Arturo, B. E. N. (2018). Gestão de risco de desastres naturais na Colômbia: Estudo de caso, desastre hidrológico no município de Mocoa – Putumayo. *Revista de Gestão Sustentável Ambiental*, 7(esp.), 135–151. <https://doi.org/10.19177/rgsa.v7e02018135-151>

Zenatti, A. P. de A., & Sousa, S. Y. U. de. (2010). Comunicação em desastres: A atuação da imprensa e o papel da assessoria governamental. Governo do Estado de Santa Catarina – SJC/DEDC e UFSC/CEPED.